

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.799, DE 2015

Dá nova redação ao art. 25 da Lei nº 10.438, de 2002, para estimular a atividade de dessalinização de águas salgadas.

Autor: Deputado ROBERTO SALES

Relator: Deputado FAUSTO PINATO

I - RELATÓRIO

O Projeto em análise modifica o artigo 25 da Lei nº 10.438, de 2002, para incluir entre os beneficiários de descontos especiais nas tarifas de energia elétrica a atividade de dessalinização de água salgada.

Na sua justificativa, o Autor argumenta que, com a crise hídrica, de inédita intensidade no início de 2015, atingindo várias cidades das regiões Sudeste e Centro-Oeste, foi necessário adotar ações para obter redução na demanda, tais como suspensão do fornecimento durante várias horas ao longo do dia, redução da pressão de fornecimento, introdução de sobretaxas para as unidades consumidoras que superassem metas de consumo.

Uma das ações viáveis seria a instalação de usinas de dessalinização de águas marinhas, processo esse que consome muita energia ao nível de cada unidade, mas que – pelo menos inicialmente – teria pouco impacto no consumo global. No Brasil, praticamente não existem essas usinas. No entanto, em países mais avançados essa alternativa já é bastante utilizada. Em Israel, por exemplo, cerca de 15% da água consumida nas residências tem origem em usinas de dessalinização da água do mar.

Por se tratar de empreendimentos pioneiros, se faz necessário algum tipo de incentivo para a instalação desses processos de dessalinização de água, considerando, ademais, os custos e os riscos a eles associados.

A matéria, em regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, foi inicialmente examinada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, onde foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente, teve o mesmo desfecho na Comissão de Minas e Energia.

Nesta Comissão, onde não foram apresentadas emendas, deve ser apreciada quanto aos aspectos de compatibilidade orçamentária e financeira, e do mérito.

A última etapa na Casa será a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

É de competência desta Comissão o exame das proposições quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual (PPA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA), conforme estabelece o art. 53, inciso II, conjugado com o art. 32, inciso X, alínea "h", do Regimento Interno.

Entendemos que as modificações sugeridas serão insignificantes em relação aos custos das concessionárias de energia elétrica. Ainda mais que, por ser uma atividade nova, não gera diminuição de receita das empresas de energia. No entanto, caso haja alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato identificado e comprovado pelas concessionárias, será objeto de possível revisão da tarifa de energia elétrica que é paga pelo consumidor.

Se ocorrer variação negativa da receita, será apenas no orçamento das concessionárias de energia elétrica, que são empresas privadas e não integram o Orçamento da União. Sendo assim, a nosso ver, o projeto não acarreta criação de despesas ou renúncia de receitas públicas, não impactando o Orçamento Geral da União.

Não há, deste modo, afronta ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias ou à Lei Orçamentária em vigor. Também fica claro que o projeto em análise não fere disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Quanto ao mérito, seguimos a mesma linha já exposta pelos dois relatores das comissões específicas. A exploração de novas fontes de abastecimento é essencial em face das incertezas provocadas pelo aumento do consumo e pela exacerbação dos fenômenos climáticos. Por outro lado, o custo inicial mais elevado é compreensível, como em qualquer novo empreendimento em fase de experimentação e consolidação. O mínimo que se pode dizer é que o domínio do processo de dessalinização – que, aliás, não se aplica somente à água do mar – cria uma espécie de reserva estratégica para os períodos de escassez da produção de outras fontes, e vem sendo adotado crescentemente, não havendo como nosso país ficar à margem dos avanços que o resto do mundo vem realizando.

Dessa forma, concluímos que a matéria não tem implicações orçamentárias ou financeiras sobre receitas ou despesas públicas da União, razão pela qual - e com base no art. 9º da Norma Interna desta Comissão, concluímos não caber à Comissão manifestar-se sobre adequação orçamentária e financeira, e, no mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.799, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado FAUSTO PINATO

Relator